

(4)

Declaração da Delegação do PAIGC, sessão da manhã do dia 28 de Maio.

Pensamos que as conversações que realizamos desde o dia 25 chegaram agora a um estadio em que se torna necessário, para nós como os senhores, parar para avaliar o caminho já percorrido ~~xxxxx~~ e as perspectivas que se apresentam.

Impõe-se lembrar as circunstâncias em que estas conversações se iniciaram:

Em Portugal tiveram lugar mudanças substanciais e nos consideramos e continuamos a considerar que a destruição do regime fascista em Portugal é um elemento positivo que cria uma situação nova e, sem dúvida, irreversível.

A nova equipa que dirige hoje Portugal proclamou a sua intenção de virar as costas a política nefasta que era a de Portugal, tanto no interior de Portugal ~~ex~~ como em relação às colónias e ao resto do mundo. Mas estas intenções louváveis mantêm-se imprecisas e as discussões que tivemos até agora confirmam que as autoridades portuguesas ainda não definiram uma linha de acção ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ que seja precisa e clara. Não se trata aqui de uma crítica, de um julgamento, mas sim de uma constatação que cremos ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ ser nosso dever comunicar aos senhores no interesse dos objectivos que queremos atingir *juntos*.

Da nossa parte a situação é muito mais clara e precisa:

Nos somos um movimento de libertação nacional que existe há mais de 17 anos e começamos uma luta armada que se reforçou, que se ~~xxxxxxx~~ consolidou e que se prossegue há mais de 11 anos. Tivemos o tempo necessário para precisar os nossos objectivos e é inútil lembrar aos senhores que o nosso povo consentiu e continua a consentir grandes sacrifícios para a realização desses objectivos. É igualmente ~~in~~ inútil insistir na legitimidade dos objectivos que prosseguimos.

Em 1974 a independência para territórios que estão submetidos a dominação colonial é um direito que já não é objecto de ~~menor~~ contestação através de todo o mundo. E os senhores sabem que se há, na realidade, três regimes - e três somente - que pretendem <sup>diver</sup> contestar este direito: os racistas sul-africanos, os minoritários rodesianos e os colonialistas portugueses.

Ficis a posições que não datam de hoje, desde o momento em que se verificou a mudança em Portugal nos reitaramos, sem ambiguidades, que estávamos prontos a por um termo ao conflito que nos opõe ao colonialismo português através de uma negociação política. E os senhores sabem perfeitamente em que contexto aceitamos vir negociar aqui: nada devemos seja a quem for se não é à coragem e à devoção dos nossos combatentes.

Na Guine-Bissau exercemos um controle efectivo e total sobre vastas areas. Temos um Estado, com uma administracao que funciona, sem duvida num pais em guerra, mas que faz, com meios ~~milit~~ limitados, pelo nosso povo, o que a presenca estrangeira nao fez em centenas de anos. Nos somos membros de direito da O.U.A. e dentro de uma semana o nosso Comissario de Estado para os Negocios Estrangeiros e, depois, o nosso Presidente de Conselho de Estado irao sentar-se lado a lado com os dirigentes que os senhores conhecem bem de todos os outros Estados africanos.

O nosso Estado e reconhecido de jure por 84 outros Estados, isto e, muito mais do que os Estados que ha apenas dois anos reconheciam a Republica Popular da China. E se nao o sabem podemos dizer aos senhores que, de acordo com os paises africanos e os paises nao alinhados, nos projectamos pedir a nossa admissao em breve a O.N.U. onde temos ja um estatuto de observador permanente. Os senhores sabem tambem que ja somos membros de certos organismos especializados da O.N.U. ~~xxxxxx~~ - como a F.A.O. e a O.M.S. - e que nao teremos dificuldade em obter a nossa adesao a qualquer organizacao no momento em que acharmos util para aderir.

Pedimos desculpa de lembrar estas realidades evidentes, mas parece-nos que nao era inutil neste estadio que consideramos crucial das nossas conversacoes lembrar o contexto em que se situa para nos as nossas conversacoes. Isso porque, quando os senhores falam do principio da autodeterminacao que, segundo os vossos proprios termos, e aceite por Portugal com todas as suas implicacoes, e preciso saber-se que nos estamos a falar da Guine-Bissau e de Cabo Verde em 1974, onze anos apos o desencadeamento da luta armada e perto de um ano apos a proclamacao da Republica da Guine-Bissau, etc..

E preciso que se tenha em conta que a Guine-Bissau ja nao e um territorio sob dominacao colonial portuguesa no sentido em que o era ha 11 anos. Sera necessario lembrar que ja no ano passado a Assembleia Geral da O.N.U. adoptou uma resolucao que ja nao pedia a Portugal que concedesse a independencia a Guine-Bissau, mas sim que condenava a ocupacao ilegal de uma parte do territorio do Estado soberano da Guine-Bissau por Portugal e a agressao portuguesa contra as populacoes do nosso pais? Quando esta resolucao foi votada Portugal encontrou para o apoiar seis paises que, de resto, estavam na maioria mais embarcados do que convencidos.

Quando a delegação portuguesa nos fala, no decurso destas conversações, dum mandato que foi dado de consultar as populações nos consideramos que é muito grave e, francamente, perguntamos se estamos a falar do mesmo país. Isso porque, enfim, se o princípio da autodeterminação é um princípio universal, a sua aplicação depende das condições objectivas que existam no território que se trata de o aplicar. E - repetimos - na Guiné-Bissau já se passou há muito o tempo em que Portugal podia encarar a possibilidade de consultar as populações. Isso seria talvez possível há 15 anos, há 10 ou 8 anos, mas já não é possível hoje. A Guiné-Bissau é uma República que tem uma parte do seu território ocupado por Portugal. ~~É~~ E se é necessário falar-se do princípio da autodeterminação, a aplicação desse princípio só pode ter por objecto neste caso a liquidação dessa ocupação ilegal.

O que nos preocupa também é que vemos que a delegação portuguesa parece querer ignorar todas as realidades objectivas: assim, os senhores dizem que é preciso falar-se do colonialismo português no passado e querem que emendemos uma frase vinda na nossa contra-proposta para se dizer "o conflito que opõe o colonialismo português ao povo da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde." O regime fascista foi liquidado em Lisboa e congratulamo-nos disso convosco. Mas a presença colonial na Guiné-Bissau, nas Ilhas de Cabo Verde e nos outros territórios africanos foi liquidada? O que estamos a fazer em Londres se não é precisamente discutir do conflito que continua a ~~opor~~ opor-nos ao colonialismo português e ao qual queremos por um termo? Herdaram os senhores do regime fascista o colonialismo. Não têm culpa disso.

Na realidade, após termos examinado com a maior atenção todas as emendas ~~que~~ que propuseram ao texto que vos submetemos ontem, ~~o~~ vemos-nos na obrigação de dizer que estas emendas não são aceitáveis. Para falar com uma franqueza total parece-nos que estas emendas resultam de uma intenção de negar as realidades e de evitar de tomar as responsabilidades que se vos impõem. Se estas conversações devam continuar desta maneira parece-nos francamente que não será possível chegar-se a qualquer resultado. Se devemos continuar assim, ~~cremos~~ cremos que será talvez preferível não continuarmos a perder o vosso tempo e o nosso e que seria talvez melhor que cada delegação volte ao seu país, que façamos uma pausa para reflexão e ~~para~~ para ver se podemos retomar o diálogo mais tarde em melhores condições. Por nosso lado, nos queríamos ~~assegurar~~ assegurar-vos que viemos a este encontro com o desejo firme de chegar a uma solução negociada do conflito que nos opõe a Portugal. Mantemo-nos dispostos a procurar convosco uma tal solução. Diremos ainda mais: conhecemos os vossos ~~problemas~~ problemas e as vossas dificuldades. Compreendemos que Portugal,

depois do longo periodo fascista que viveu, deseja tentar estabelecer e consolidar a democracia. Nos nao queremos de modo algum prejudicar esse objective. Pelo contrario, se nos fosse possivel favorece-lo, fa-lo-iamos de boa vontade. Mas estamos convencidos de que nao seria prestar um bom servico a Portugal utilizar uma linguagem diferente da verdade e da franqueza. Convidamo-voa a ler o texto que vos ~~submetemos~~ submetemos ontem. E um texto muito moderado. Fizemos concessoes consideraveis, com o fim precisamente de facilitar essa evolucion de Portugal e a missao da vossa delegacao. E impossivel a Direccao do nosso Partido ir para alem deste limite.

Para os senhores e para as autoridades de Portugal impoe-se reflectir e tomar as vossas responsabilidades e as vossas decisoes. Para o restabelecimento da paz entre a Guine-Bissau e Portugal so ha uma solucao: a do reconhecimento da independencia da Guine-Bissau por Portugal e do exercicio do direito a autodeterminacao<sup>o</sup> a independencia de Cabo Verde. Nao acreditamos que possam evitar responder a esta questao. Se nao estao prontos a reconhecer a nossa independencia, e o impasse, nao sera possivel avancar. Se, pelo contrario, estao prontos a reconhecer a nossa independencia, tudo e possivel: podemos chegar a uma solucao na Guine-Bissau imediatamente, podemos chegar a uma solucao no que respeita as Ilhas de Cabo Verde e a via estara aberta para Portugal para a solucao dos problemas em Mocambique, Angola e S. Tome Principe. Ao mesmo tempo Portugal podera chegar a uma normalizacao rapida das suas relacoes com o conjunto dos estados da Africa e do Terceiro Mundo.

Em resumo:

Para a nossa delegacao, para o nosso Partido e para o Governo da Republica da Guine-Bissau fazer concessoes sobre os principios ou modificar es nossos objectivos e uma coisa impossivel. Isso porque estes principios sao o fruto de uma luta dificil e de sacrificios consideraveis, e porque estes objectivos sao objectivos legitimos, razoaveis, que gozam da ~~adecuada~~ <sup>(e a Africa)</sup> adesao total nao so do nosso povo mas tambem do apoio do conjunto da comunidade internacional. Nos queremos chegar a paz, queremos chegar a uma solucao negociada convosco, tao rapidamente quanto possivel, estamos plenamente conscientes das nossas responsabilidades e assumimo-las. Seguimos o desenvolvimento ~~da~~ da situacao no vosso pais e estamos sempre prontos a tomar em consideracao as vossas preocupacoes, os vossos problemas e os vossos interesses legitimos. Queremos manter o dialogo convosco e estamos prontos a continuar estas conversacoes por todo o tempo em que houver uma possibilidade de se avancar.

Estamos certos de que tambem os senhores quererao assumir as suas responsabilidades e contribuir a realizacao dos progressos que todos nos queremos.

Repetimos: o que nos separa nao e uma questao de forma, nem mesmo de problemas tecnicos. Ha um problema politico fundamental que exige uma solucao politica clara e radical, e este problema e o reconhecimento da nossa independencia.

Como prova suplementar da nossa boa vontade propomos que reflitam ainda, que consultem as vossas autoridades sobre esse problema politico fundamental. Durante este tempo podemos retomar imediatamente a discussao sobre as modalidades tecnicas de um cessar-fogo. Mas fica claro que o cessar fogo nao e um objectivo em si, que o cessar-fogo nao e a paz e que mesmo que chegemos a um acordo completo e satisfatorio para ambas as partes sobre estas modalidades tecnicas, este acordo de cessar fogo so sera aplicado se os aspectos politicos saqabordados e resolvidos. Por outras palavras: o cessar-fogo que vamos discutir so tera razao de ser se constituir um elemento no quadro de um processo de solucao definitiva do conflito que nos opoe ao colonialismo portuguez.

Achamos util submeter a vossa apreciacao este conjunto de reflexoes, com toda a simplicidade e com toda a franqueza, num espirito construtivo e responsavel.

---



do P.A.I.G.C., que não estão a discutir da descolonização como problema filosófico, mas sim como problema que se põe a eles na G.-B. e nas Ilhas de Cabo Verde, não noutra lado, e que se põe no estado em que esses territórios se encontram em 1974. Por isso, quando falamos da resolução do problema e dizemos que a aplicação do direito à autodeterminação implica o reconhecimento da R.G.-B., é preciso que compreendam que não se trata de uma atitude extremista, de falta de compreensão, mas sim da atitude imposta pelo facto de as opções terem terminado. Isto é, não é que haja várias alternativas e que tenhamos escolhido a mais difícil para vós. É que, infelizmente, os senhores chegaram tarde ao poder, quando a porta já estava fechada às outras soluções. Há uma situação irreversível que se criou e mesmo com a maior boa-vontade não se encontra outra solução.

Trata-se agora de saber se a delegação portuguesa, ao apresentar as novas emendas, compreende as ~~difícilíssimas~~ realidades e se a dificuldade é <sup>de ordem</sup> de ordem táctica (para atravessar uma fase) ou psicológica. Se tal é o caso, que a delegação portuguesa nos diga, fora do texto, <sup>em</sup> ~~que~~ <sup>vamos</sup> chegar ao reconhecimento da R.G.-B., à retirada das tropas portuguesas, <sup>2</sup> a um acordo que estabeleça relações novas, <sup>3</sup> assim como deve dizer-nos que vamos pôr em execução o princípio do direito à autodeterminação "com todas as suas consequências" <sup>em Cabo Verde</sup> de acordo com as decisões pertinentes da ONU e com os princípios e objectivos do P.A.I.G.C., em colaboração com o P.A.I.G.C. . Se a delegação portuguesa está em condições de nos dizer isso, deixemos de lado o problema da redacção do preâmbulo e a delegação do P.A.I.G.C. está em condições ~~de~~ de ter plenamente em conta as preocupações e dificuldades da delegação portuguesa. Passaríamos então imediatamente ao estudo do processo que permitiria atingir os objectivos sobre os quais estaremos de acordo.

Qual é esse processo ?

- Cesar-fogo

-Reagrupamento das tropas portuguesas num número limitado de campos com passagem efectiva do controle do território, progressivamente

-Redução progressiva da presença militar portuguesa, com

na calendario

-Discussão sobre a forma da aplicação efectiva do princípio da autodeterminação nas Ilhas de Cabo Verde

-Discussão sobre as relações novas a estabelecer entre os dois estados. É a este propósito que se põe o problema do reconhecimento e da descolonização dos outros territórios.

Sobre a questão das novas relações podemos, dizer desde já, um certo número de coisas. Se Portugal quiser, estamos dispostos a estabelecer relações amistosas; se Portugal quiser, podemos, em particular, encarar os meios de uma cooperação mutuamente benéfica no domínio da economia e no domínio cultural. Nós aceitamos que, depois de uma presença de séculos nas nossas terras, Portugal tem interesses legítimos a defender e a delegação portuguesa verá, quando chegar o momento, que nós nos mostraremos abertos e responsáveis.